

Análise Política

Ano 2, 41ª Edição - Brasília, 4/3/2021

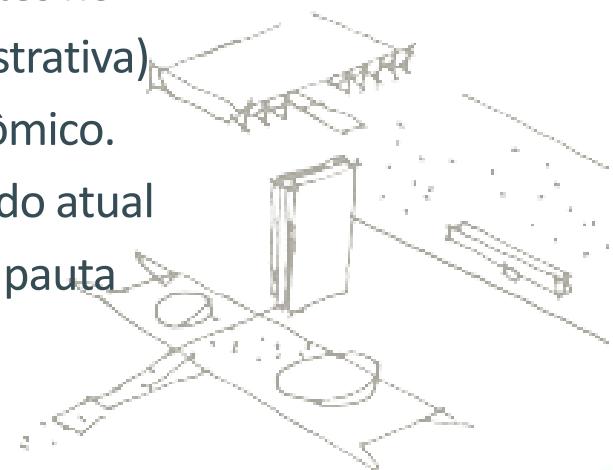


Sistema**OCB**

somos**COOP**

Definições sobre o desenho do ajuste fiscal

Podemos dizer que esta foi uma das semanas legislativas mais decisivas dos últimos anos no Congresso Nacional. Isto porque o Senado Federal votou aquele que parece ser o desenho do ajuste fiscal até se alcançar um **controle sobre as contas públicas do país**, que deve perdurar pelo menos até 2030, segundo o Instituto Fiscal Independente (IFI). De uma só vez, a PEC 186/2019, chamada de PEC Emergencial ou PEC dos Gatilhos, tratou da prorrogação do auxílio emergencial, de exceções ao teto de gastos, de regras de cortes no funcionalismo público (uma espécie de mini-reforma administrativa) e de cortes em benefícios tributários para todo o setor econômico. Do ponto de vista político, a PEC traduz o espírito reformista do atual Congresso Nacional e traz algumas sinalizações em relação à pauta econômica de 2021. Confira a seguir!



Os bastidores da votação da PEC Emergencial

Idas e vindas - Idas e vindas marcaram o freio de arrumação necessário para o acordo entre parlamentares e governo que possibilitou a votação da PEC 186/2019. O texto da proposta ganhou tração no segundo semestre de 2020, enquanto todos os holofotes estavam voltados à Reforma Tributária. O primeiro fator decisivo foi a escolha do senador Márcio Bittar na dupla relatoria da **PEC 186/2019 e do Orçamento de 2021**. A dobradinha possibilitou o maior controle do governo sobre as propostas, estritamente complementares, isto porque a votação do Orçamento necessitaria de um horizonte mais claro sobre o futuro do auxílio emergencial e do teto de gastos, para que fosse pautado sem risco de infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Os bastidores da votação da PEC Emergencial

Acordo final – A eleição dos presidentes da Câmara, deputado Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, também trouxeram maior viabilidade para a condução das propostas do governo no Congresso. Inicialmente, a proposta de ajuste fiscal era mais ampla, trazendo, inclusive, a desvinculação de recursos da saúde e da educação para utilização em outras fontes de despesas do governo, ideia que foi retirada do texto com o avanço das discussões. Como **maior trunfo** para o seu avanço, a proposta retomou a destinação de recursos para o **auxílio emergencial**, no valor de R\$ 44 bilhões, trazendo caráter de urgência para a matéria. Dentre outros pontos que possibilitaram a votação, esteve a manutenção de repasses do FAT ao BNDES.



Principais pontos de atenção da proposta

1) Gatilho de medidas fiscais – Quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95%, poderão ser acionados alguns gatilhos fiscais pela União, estados e municípios. Dentre eles, destacam-se:

- ❖ A vedação de aumento de remuneração para servidores;
- ❖ A criação de cargos na administração pública;
- ❖ A criação ou expansão linhas de financiamento e de renegociação de dívidas; e
- ❖ A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

O que está em jogo? Entendemos que a matéria, na forma como está escrita, resguarda os atuais programas e linhas de crédito oficiais, bem como outras políticas importantes de fomento ao cooperativismo. No entanto, propomos uma sugestão de emenda para deixar isso expresso no texto. Além disso, acreditamos que o termo “concessão” pode trazer insegurança jurídica e econômica para a manutenção de diversos benefícios tributário, motivo pelo qual propomos a mudança do termo “vedação de concessão” para “vedação de criação de novos incentivos”.



Principais pontos de atenção da proposta

2) Corte de benefícios fiscais – Independentemente dar regras de gatilho, em seis meses, o governo deverá apresentar plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos orçamentários e financeiros.

- ❖ Estes cortes deverão ser, imediatamente, de 10% dos benefícios tributários vigentes;
- ❖ Em 8 anos, os benefícios (4,5% do PIB) devem ser reduzidos a 2% do PIB;
- ❖ Estariam salvos dos cortes, dentre outros, os benefícios a produtos da cesta básica.

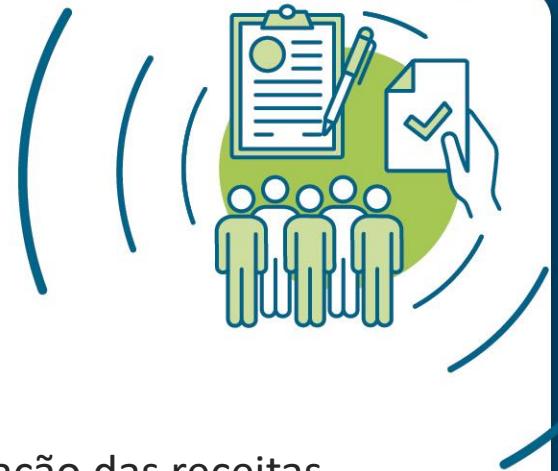
O que está em jogo? Segundo relatório da Receita, de 2019, hoje os benefícios tributários são de ordem de mais de R\$ 300 bilhões ao ano. Apenas para o setor agropecuário, estes benefícios seriam de R\$ 33 bilhões ao ano (sendo R\$ 18 bilhões voltados à cesta básica, que está fora do escopo da proposta). A matéria poderia atingir, por exemplo, os subsídios voltados ao Funrural, a insumos agrícolas, à desoneração da folha e aos créditos presumidos para diversas cadeias.



Principais pontos de atenção da proposta

3) Recursos de fundos públicos – A matéria também veda a vinculação das receitas públicas a fundos públicos, ressalvados, dentre outros, o FAT, os fundos constitucionais e o Funcafé. A matéria, ainda, possibilita a destinação do superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos para o combate à pandemia ou para a amortização de dívidas de seus respectivos entes públicos.

O que está em jogo? Após a atuação da OCB e de outras entidades do setor produtivo, que prontamente acionaram os parlamentares da Frencoop e da FPA, conseguimos retirar da PEC os dispositivos que colocavam em risco: 1) os repasses do FAT ao BNDES; e 2) os recursos do Funcafé. Porém, outros fundos públicos importantes para o setor produtivo ainda estão em risco, dentre os quais citamos: o fundo para as políticas de conectividade (Fust), o fundo da Maria Mercante e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).



Principais propostas do cooperativismo na PEC 186/2019



A OCB entende que a PEC Emergencial seja fundamental como âncora fiscal do país, uma vez que proporciona um ambiente de maior confiança e segurança para a atração de investimentos, trazendo ainda importante acréscimo nas políticas sociais para milhões de brasileiros. No entanto, para atingir os objetivos da proposta, ainda vislumbramos alguns ajustes, dentre os quais, citamos:

- 1) A perenidade dos programas oficiais de crédito e seguro rural.
- 2) Um melhor ambiente de segurança jurídica aos benefícios tributários do setor.
- 3) A exclusão de alguns benefícios tributários da meta de redução de subsídios.
- 4) A manutenção dos superávits financeiros de fundos públicos, como o Funcafé.

Próximos passos: A PEC segue agora para a tramitação na Câmara. O presidente da Casa, deputado Arthur Lira, indicou o deputado Daniel Freitas como relator da matéria. A mesma já está pauta para sessão de quarta-feira (10/3) no plenário Câmara.

Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

